

LOURENÇO FILHO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO

Jaqueline Lima Barboza¹

Manoel Bergström Lourenço Filho foi um educador com uma extensa experiência profissional nos diversos ramos do magistério e em cargos de administração pública. A fim de divulgar as percepções referentes à formação de professores e o ensino de maneira geral, o autor escreveu inúmeros trabalhos, dentre os quais resultaram na coletânea *A formação de professores: da escola normas à escola de educação*, contendo artigos publicados entre 1922 a 1960. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção do autor a respeito do processo formativo dos profissionais de ensino, tendo como base essa coletânea de artigos.

Há uma vocação para o magistério? foi um artigo publicado originalmente em novembro de 1928 na revista *Educação* em São Paulo, em que o autor estabelece que a atividade de ensinar corresponde a mais antiga atividade humana, “Aprender e ensinar devem ter nascido, assim, com o alvorecer da própria vida humana consciente” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 9). Aponta que já nas cavernas os pais ensinavam os filhos as primeiras lições sobre sobrevivência. Com a complexidade da vida social essa função se especializou, passando a se referir a uma pessoa específica, o mestre.

Os primórdios do exercício dessa função estavam estritamente relacionados à religiosidade, tendo um cunho de propagação dos preceitos bíblicos e de adoração a Deus. Contudo, diante de um contexto moderno e estabelecido exigindo que o ensino fosse uma função estatal, a figura do professor desvincula-se da religião, tendo sua função bastante específica, “o mestre da escola pública, civil e leigo” (LOURENÇO FILHO, 2001, p.10).

Para responder a pergunta que intitula o artigo, Lourenço Filho define a palavra vocação de duas maneiras distintas. A primeira, “entende-se a ação pela qual a Providência predestina as criaturas a uma tarefa especial. O indivíduo se sente chamado a um papel determinado (...)”, e a segunda “Com significação menos rigorosa, o termo vocação é empregado como inclinação, gosto, preferência, predileção por uma atividade, ofício ou profissão” (LOURENÇO FILHO, 2001, p.12).

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: jaquelb2010@gmail.com

Diante dessa definição o autor afirma que não há uma vocação para o magistério, considerando o primeiro sentido empregado à palavra, pois segundo ele os indivíduos não possuem uma predisposição orgânica para serem mestres. Mesmo afirmando que não há uma vocação mística ao magistério, ele admite que para ser professor é necessário ter algumas habilidades que tendem a essa profissão, por exemplo, o temperamento e a personalidade podem ser um fatores cruciais no exercício de um papel social como o do professor.

O autor reforça que não há vocação mística ao magistério, no entanto, para ser professor exigem-se aptidões concernentes a profissão, assim como em qualquer outra. Essas aptidões dizem respeito à como as atitudes e tendências ocorrem em conformidade ou consonância com aquilo que uma função exige do indivíduo.

Em relação a escolha da profissão do magistério, ao contrário da explicação vocacional, Lourenço Filho (2001) salienta que esta resulta da formação social, sendo portanto, procedente de tradições familiares, admiração pelos próprios professores na infância entre outros fatores, mas que não envolvem a predisposição orgânica.

Enfatizando a questão da formação dos professores, o autor dedicou-se em tratar também a prática de ensino. Lourenço Filho destaca que a prática de ensino é imprescindível na profissão do magistério, uma vez que, o ensino requer prática, sendo fundamental “saber fazer”, “não simplesmente “saber dizer” como já se fez, ou já se poderá ou se deverá fazer. Aprende-se a fazer, fazendo” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 54). Reforça ainda, que a prática de ensino é um instrumento que possibilita ao aluno “educar-se para educar”.

Demonstra-se claramente a preocupação do autor em que os alunos em processo de formação ao magistério, sejam colocados em situações reais de ensino, distanciando-se de modelos idealizados e meras observações de outros professores considerados exímios na arte de ensinar. Ensinar não pode ser visualizado pelos alunos-mestres como mera representação de papéis. Mesmo que aprendam a repetir qualidades observadas, tendem a copiar vícios e defeitos dos mestres observados

A prática de ensino, segundo o autor objetiva afastar os alunos de situações que não remetem ao ensino real, mas sim abarcar os mais complexos aspectos que permeiam o ensino, incentivando que esses alunos tenham condições de posteriormente lidar com a diversidade dos alunos e situações que não podem ser previstas e controladas mesmo com a mais bela “receita” de como ensinar.

Nesse sentido, a prática de ensino não é uma disciplina deslocada dos demais fundamentos, não possui autonomia, pelo contrário, está intrinsecamente relacionada aos

conhecimentos que os alunos-mestres precisam dominar, como a biologia, a psicologia voltada para as crianças, a sociologia e os princípios da administração escolar.

Para que a prática de ensino ocorra a escola anexa a instituição que forma professores, não deve ser denominada com escola-modelo, mas como escola de demonstração. “Uma “escola-modelo” é uma organização rígida, de conclusões feitas. Uma “escola de demonstração”, ao contrário, é uma escola flexível, aparelhamento que admite variações” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 57), compreende-se então que a mudança da denominação não é mera substituição de palavras.

Com vistas a subsidiar o processo formativo dos professores, Lourenço Filho elaborou um documento denominado *Prática pedagógica (programa de ensino)* com o intuito de conduzir a Prática Pedagógica da Escola Normal de Piracicaba, publicado originalmente em 1922, contendo orientações referentes à prática de ensino desta instituição.

O documento é concernente aos aspectos a serem analisados pelos alunos nos campos de prática, para tanto o autor faz uma divisão criteriosa em relação aos elementos a serem apreciados pelos estudantes, adequando-os a turma e os conteúdos de fundamentação que receberam.

No programa para os alunos do 2º ano Lourenço Filho (2001, p. 64) designou que como os alunos não dispunham de conhecimentos voltados para Psicologia Aplicada à Educação, esse primeiro momento da prática pedagógica consistiria em observar o ambiente escolar, priorizando responder a questão *Onde se ensina?* Para tanto deveriam observar a sala de aula, verificando entre outros inúmeros itens, as condições de arejamento, iluminação, ornamentação, higiene, mobiliário e material didático. Além disso, observariam o momento do recreio, percebendo as questões de segurança e quais os jogos eram realizados.

Já para os alunos do 3º ano, o programa previa o estudo voltado para o regime escolar, procurando responder a questão *A quem se ensina?*, considerando que neste período paralelamente a atividade prática cursavam a disciplina de Psicologia Geral e Aplicada à Educação. Por consequência, observariam e registrariam os aspectos relativos às crianças, entendendo-as como seres que atingidos pela educação, buscando perceber a significação da infância. Também observariam essas crianças na condição de alunos, examinando a atenção da classe, a utilização da memorização, a disciplina e os jogos de maior preferência entre os alunos.

Para o 4º ano o programa elaborado por Lourenço Filho previa o exercício da docência como meio de aplicar a fundamentação teórica das demais disciplinas, intencionando responder as indagações *Que se ensina?* e *Como se ensina?*. A principal preocupação dessa etapa da prática

pedagógica seria desenvolver a metodologia especial em cada disciplina. Essa atividade possuía a finalidade de dar condições aos alunos de organizarem a classe para melhor utilização do espaço físico, mas também de optarem pelos métodos mais adequados no ensino.

O ensaio denominado *Aperfeiçoamento do magistério*, remete-se a uma aula inaugural no Instituto de Educação do Rio de Janeiro em 1960. Lourenço Filho (2001, p.106) inicia com a definição de aperfeiçoamento, “aperfeiçoar é tornar perfeito, isto é, reunir as melhores qualidades sem mistura de defeitos”. Todavia, ressalta que na educação esse conceito não se aplica com esse sentido, principalmente porque nenhum curso que se propõe a aperfeiçoar teria condições de tornar perfeito um profissional.

Uma acepção aplicável na educação seria de tomar como base “se aperfeiçoar vem de “perfeito”, perfeito vem de “perfazer” (...). Ora, perfazer significa completar, acabar, levar a cabo alguma coisa que se haja previsto” (LOURENÇO FILHO, 2001, p.106). Essa percepção culmina em entendermos o aperfeiçoamento como um processo gradual e contínuo, considerando que ao alcançar um objetivo, logo teremos outros para alcançar, se repetindo constantemente.

A necessidade de aperfeiçoamento surge (LOURENÇO FILHO, 2001), primeiramente porque a formação inicial do professor não é suficiente para uma atividade tão complexa como é o ensino. O autor alega que é com o avanço no trabalho que o mestre se depara com as situações que suscitam a necessidade de aperfeiçoamento, provocada pelas mudanças de aspectos técnicos, sociais e morais.

As modalidades de aperfeiçoamento são descritas por Lourenço Filho (2001, p.109) como pertencentes a duas categorias, uma de iniciativa individual e outra de iniciativa da administração,

Entre as primeiras, podem ser destacadas: o estudo pessoal por leitura e reflexão; o desenvolvimento da capacidade de autocritica pela observação do próprio trabalho e de outros mestres; o ensaio de novos procedimentos didáticos com sentido experimental; a assistência a palestras ou conferências de cultura geral e de assuntos pedagógicos; as viagens instrutivas; a participação no trabalho de sociedades técnicas(...).

Entre as modalidades que partem da administração podem ser destacadas as seguintes: organização de bom sistema de inspeção e orientação pedagógica; realização periódica de reuniões de estudo nas escolas e circunscrições administrativas; (...) estabelecimento de sistema objetivo de qualificação dos professores para efeito de promoção ou aumento de salário; participação dos professores na discussão de novos planos e programas; organização de classes experimentais e escolas de demonstração, abertas à observação dos mestres; cursos livres de palestras de cultura geral e profissional; facilitação aos professores para que tomem parte em campanhas de valor social; (...).

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Como é possível constatar, para Lourenço Filho a formação de professores é imprescindível, abarcando a formação inicial dos estudantes que desejam exercer o magistério, enfatizando a prática de ensino, com o intuito de melhor preparar esses estudantes para as condições reais do ensino. Além disso, mesmo no exercício da profissão o aperfeiçoamento deve ocorrer, na visão do autor este não ocorre apenas em cursos específicos, contudo, independente do meio que proporcione o professor se aperfeiçoar, este deve perpassar constantemente suas práticas, com vistas a uma melhor atuação. Essencialmente, o aperfeiçoamento dos mestres precisa ser impulsionado pelas iniciativas pessoais de cada um deles, atitudes íntimas que precisam ser verificadas, pois estas influenciam diretamente naquilo que realizam, e neste caso, na atuação do mestre em sala de aula.

Palavras-chave: Prática de ensino. Formação. Lourenço Filho.

REFERÊNCIA

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores:** da Escola Normal à Escola de Educação. [Ruy Lourenço Filho, org.] Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.